



Rede São Paulo de

Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo
2011



UNESP – Universidade Estadual Paulista
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Rua Quirino de Andrade, 215
CEP 01049-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5627-0561
www.unesp.br



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
Gabinete da Coordenadora
Praça da República, 53
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



**SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO**



A (des)ordem mundial



<http://2.bp.blogspot.com/-L8Uw3d8Zimg/TLCCQKJc4nJ/AAAAAAAAAAAJ0/6HXXAmdo8K4/s1600/planeta-terra.jpg>

Sumário

Vídeo da Semana	3
A (des)ordem mundial.....	3
Um início de conversa	3
3.1 - A Guerra Fria e a bipolaridade	7
3.2 - A crise da ordem mundial	11
Um sistema unipolar?	16
Referências	18
Bibliografia	18

Vídeo da Semana



A (des)ordem mundial

Um início de conversa

A “ordem mundial” pode ser compreendida por diferentes abordagens e definições. Classicamente, há duas concepções dominantes: a realista e a idealista.

Na perspectiva realista, o principal instrumento de equilíbrio inter-estatal é a guerra. Sendo as relações internacionais marcadas pelo conflito permanente (egoísta e amoral, como afirmava Hobbes), a ordem mundial somente seria possível mediante o domínio de um poder forte, pela centralização do poder nas instituições do Estado.

Outra visão clássica da ordem mundial é a idealista, que vai integrar diversas correntes do pensamento relacionadas com a emergência do direito internacional e formação do sistema mundial de regulação por meio de leis, acordos e tratados bilaterais. A grande referência teó-

rica desta perspectiva internacionalista seria Emanuel Kant e sua idéia de “república universal de Estados confederados” (FONT; RUFÍ, 2006, p. 131), que tenderia a uma ordem mundial estabelecida por uma comunidade internacional estável.

Os períodos de 1500 a 1800 (figura 2) e de 1800 a 1914 (figura 3) podem ser considerados representativos da combinação dessas duas perspectivas.

Entre 1500 a 1800 há o predomínio da força das potências coloniais (perspectiva realista) no ordenamento do espaço mundial, ainda que alguns tratados entre os principais impérios da época (perspectiva idealista) estabelecessem duas zonas de comércio (atlântica e asiática). Este foi o caso dos Tratados de Tordesilhas (1494) e de Saragossa (1529), firmados pelos portugueses e espanhóis.

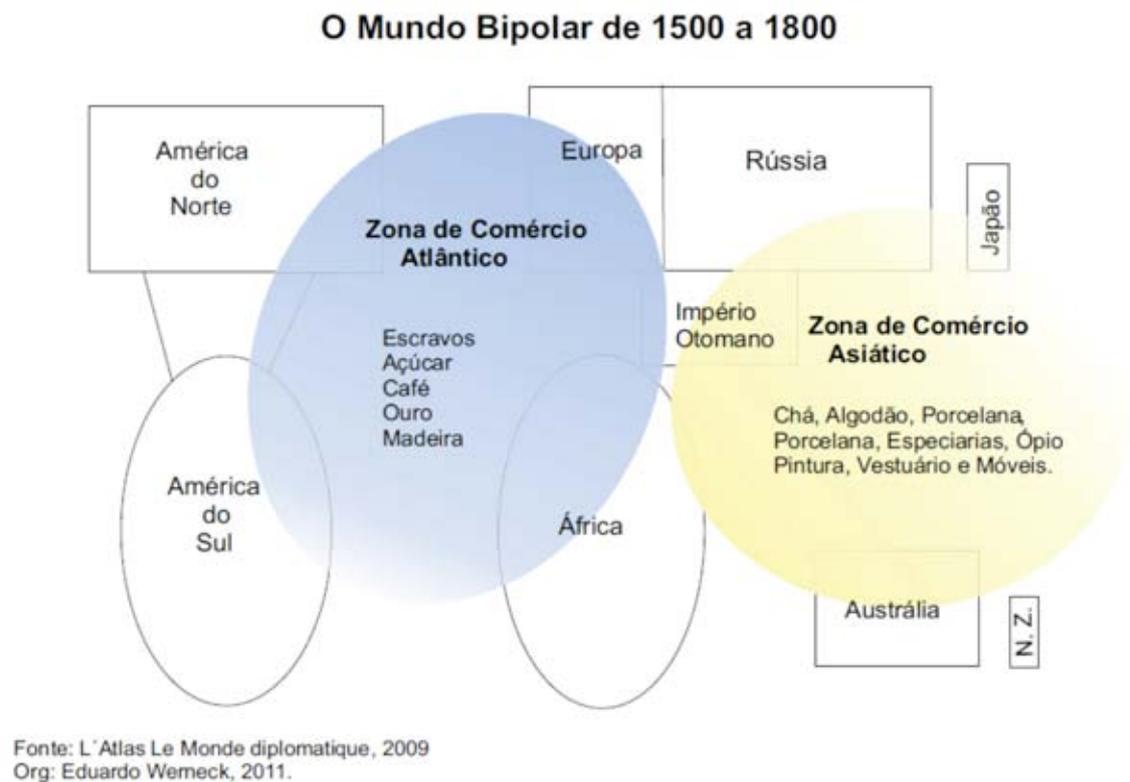


Figura 2 - O mundo bipolar de 1500 a 1800

Entre 1800 e 1914 observa-se um período de relativa estabilidade e disseminação dos valores culturais europeus, que se transforma no centro do “mundo civilizado” (perspectiva idealista). Isto não impediu a formação de novos estados nacionais e o uso da força em situações que ocorreram maior resistência dos colonizadores (perspectiva realista), como no processo de independência da América Latina.

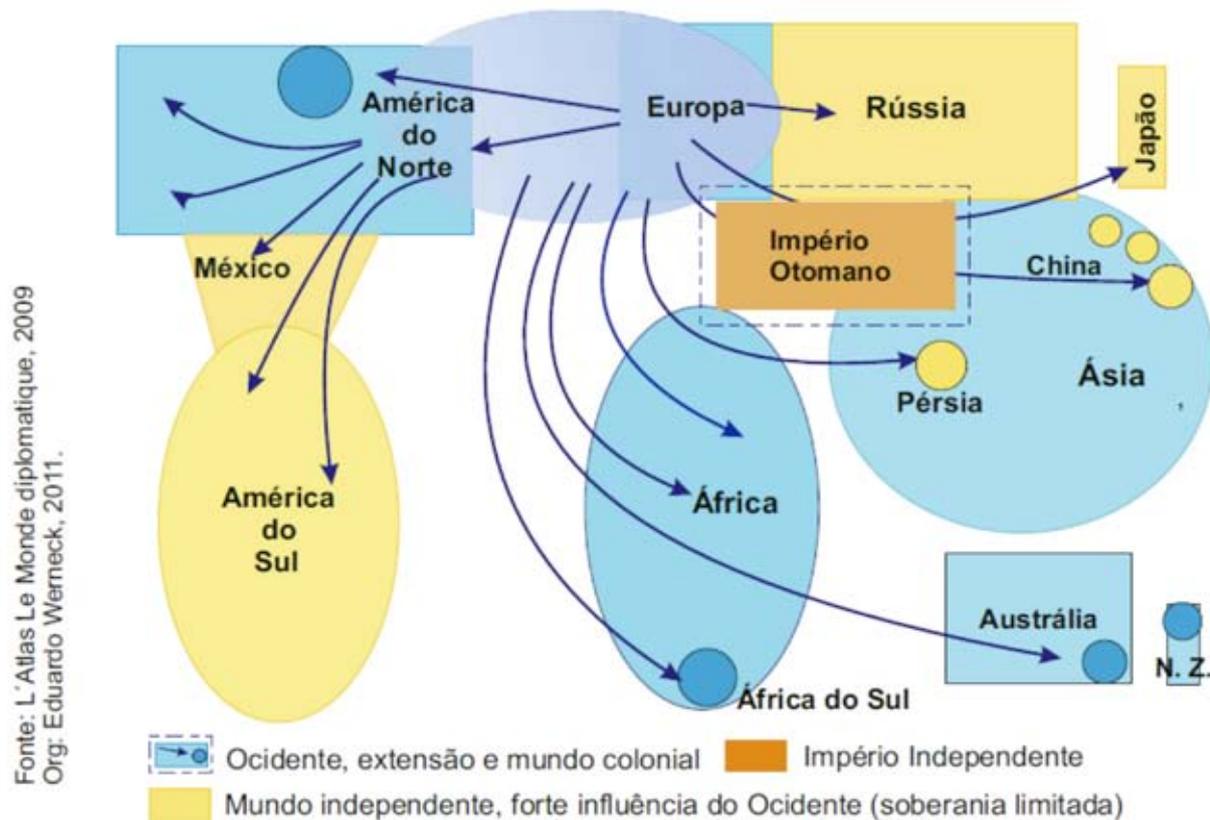


Figura 3 - O apogeu da Europa: 1800 a 1914

Depois das duas guerras mundiais, um período de grandes mudanças no mapa político, as abordagens da ordem mundial tornaram-se mais complexas, uma vez que surgiram outras perspectivas menos polarizadas, como a estruturalista, a globalista e a pluralista (FONT; RUFÍ, 2006). Veja na figura 4 a relação dessas abordagens com as concepções clássicas.

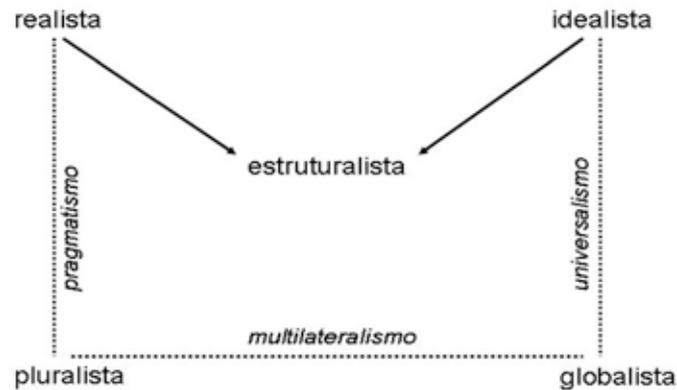


Figura 4 - Ordem mundial - concepções do pós-guerra

Fonte: elaborado pelos autores.

A concepção estruturalista, de base marxista, compreende a ordem mundial como resultado do desenvolvimento desigual do capitalismo. Em função disto, se aproxima da visão realista, tendo em vista a importância das tensões e conflitos na manutenção do sistema internacional. Por outro lado, recebe também a influência da visão idealista, uma vez que enfatiza o caráter ideológico da dominação supra-estatal.

Para os globalistas, o mundo pós-guerra seria marcado pela superação do Estado a partir da regulação do sistema internacional por várias instituições mundiais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Neste sentido, eles valorizam o papel da comunidade internacional, como os idealistas.

Por fim, os pluralistas deslocam o debate da questão da hegemonia para a gestão das políticas públicas, envolvendo muitos outros atores no processo de decisão, como as multinacionais, os organismos internacionais e as organizações não governamentais. Apesar de céticos em relação ao papel dos Estados na ordem mundial, o que os distanciariam, compartilham da visão pragmática dos realistas.

3.1 – A Guerra Fria e a bipolaridade

A Guerra Fria é o período em que a ordem mundial foi mantida pela tensão entre duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, que procuravam expandir suas áreas de influência nas diferentes regiões do planeta. É por isto que podemos dizer que o período da Guerra Fria apresentava uma ordem mundial bipolar. Veja a figura 5.

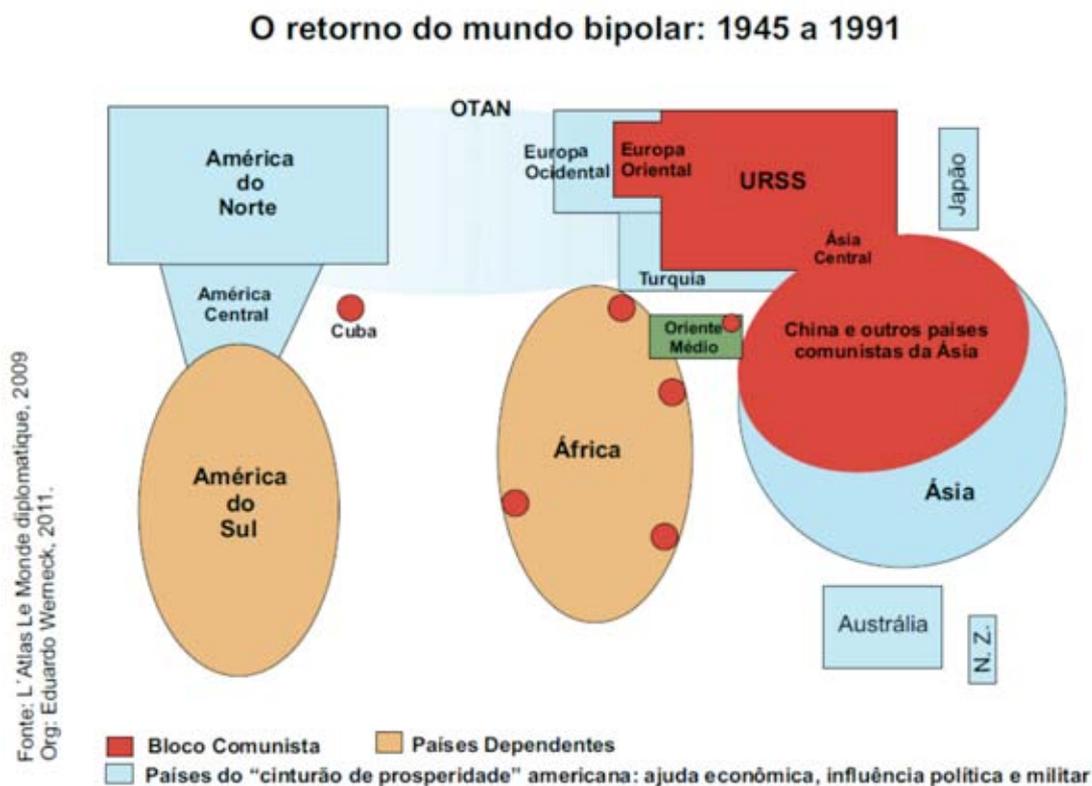


Figura 5: O mundo bipolar: 1945 a 1991

Trata-se de um período que prevaleceu uma combinação da visão realista com a idealista. Do ponto de vista do realismo, a manutenção do equilíbrio do poder representava a contenção do perigo tanto para o Ocidente (Estados Unidos) como para o Oriente (União Soviética) da perda de valores culturais e políticos das diferentes sociedades (capitalistas e socialistas). Mas o idealismo também impulsionou a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e os espaços políticos intergovernamentais que se desenvolveram a partir dela. Assim, os 51 países signatários Carta das Nações, assinada em São Francisco (EUA) em junho de 1945, manifestaram a preocupação com o “flagelo da guerra” e a vontade de unir as forças para manter a paz e a segurança internacionais.

Contudo, isto não seria possível sem considerar o peso e a relevância política das potências vencedoras da Grande Guerra, o que pode ser analisado a partir das conferências realizadas em 1945.

A primeira conferência que destacamos é a de Yalta, realizada entre 4 a 11 de fevereiro de 1945. Esta conferência tem o nome da cidade que a sediou, localizada na região da Criméia – Ucrânia. Observe a foto 1.



Foto 1 - As principais lideranças da Conferência de Yalta

Fonte: Photograph from the Army Signal Corps Collection in the U.S. National Archives.

Da esquerda para direita, sentados: Winston Churchill (primeiro-ministro do Reino Unido), Franklin Roosevelt (presidente dos Estados Unidos) e Josef Stalin (presidente da URSS).

Disponível em: <http://www.history.navy.mil/photos/images/ac00001/ac00543.jpg>

Esta conferência teve como objetivo a discussão dos esforços conjuntos para o término da guerra, reconhecendo o papel estratégico da União Soviética no desequilíbrio das forças em favor dos aliados. Assim, os russos obtiveram o reconhecimento da fronteira soviética na Europa ocidental, com a anexação da Estônia, Letônia, Lituânia e do leste da Polônia.

A conferência realizada entre 17 de Julho a 2 de Agosto de 1945, em Potsdam (subúrbio de Berlim), teve a participação dos britânicos, além dos americanos e russos. O tema principal da reunião foi o destino da Alemanha ocupada pelas forças aliadas. Apesar da França não ter participado da conferência, os Estados Unidos e o Reino Unido pressionaram os russos para incluir os franceses na partilha de Berlim, dividida em quatro zonas de ocupação: a norte-americana, a soviética, a britânica e a francesa.

Se houve um prejudicado entre os vencedores no final da Segunda Guerra Mundial, este foi o Reino Unido. Os britânicos salvaram pouco da sua até então poderosa influência política mundial, a não ser a prerrogativa de manter seu império colonial, que, no decorrer dos anos, seria perdido devido aos inúmeros movimentos de independência surgidos nas suas colônias.

A perda de status do Reino Unido como ator privilegiado na disputa do poder, permitiu o reconhecimento dos EUA como um novo (e poderoso) ator, cuja influência se ampliaria sobre a Europa Ocidental. Para atingir esse objetivo, apesar da acentuada escassez de dólares no mundo, a solução, a curto prazo, seria o financiamento direto das economias europeias pelo governo norte-americano, com o propósito imediato de criar mercado para as exportações dos Estados Unidos. Foi assim que surgiu o Plano Marshall.

Oficialmente este plano tinha como objetivo reunir todos os países europeus para estimular investimentos privados, tanto na indústria europeia como na obtenção de empréstimos (generosos) para ajustes sociais e na infra-estrutura dos países atingidos pela guerra.

Todos os países que reconstruíam a Europa foram convidados a participar do Plano Marshall (o nome do plano era uma homenagem ao então secretário de Estado dos EUA, Georges Marshall) em encontro em Paris em 1947. Neste encontro estavam os ministros das relações exteriores da Grã-Bretanha, Ernst Bevin, da França, Georges Bidault e da União Soviética, Vyacheslav Mikhaylovich Molotov.

Todavia, poucos dias após o início das negociações, os soviéticos abandonaram a reunião por discordarem especialmente das imposições de Washington. Na visão soviética, o plano tinha outros objetivos como incentivar a reconstrução pelo aumento da demanda de produtos exportáveis norte-americanos.

Segundo Munhoz (2004), o Plano Marshall provou-se tão bem sucedido que, muito tempo depois, especialistas preconizavam a necessidade de “um outro Plano Marshall” para resolver os problemas no Oriente Médio, no Vietnã ou na América Central. No entanto para o secretário Marshall, o plano só poderia funcionar na Europa Ocidental, pois somente lá (Europa) existia uma força de trabalho qualificada, uma economia industrial de grande potencial e sociedades políticas amplamente estáveis (LAFEBER, 1989, p. 458).

A intervenção norte-americana na reconstrução, em especial, da Alemanha Ocidental, tornou-se motivo de preocupação para os soviéticos. Moscou desconfiava que os capitalistas estavam muito próximos garantir o acesso ocidental aos cobiçados recursos naturais da União Soviética.

Com isso, a resposta foi a articulação do Plano Molotov, também conhecido como Conselho para a Assistência Econômica Mútua (COMECON), formulado em 1949, que propunha a organização da produção industrial e a coordenação do comércio exterior dos países na zona de influência soviética.

Apesar do relativo sucesso no estabelecimento de pactos comerciais bilaterais controlados pela União Soviética, o Plano Molotov não alcançou o sucesso comparável ao obtido pelo Plano Marshall.

Em um segundo momento, os EUA romperam o tratado de Postdam, ao incluir em 1949 a Alemanha Ocidental em uma organização militar que tinha como objetivo estabelecer um compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e uma obrigação de auxílio mútuo em caso de ataque da URSS a qualquer dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Não demorou muito para que a URSS também criasse seu tratado para uma futura agressão dos membros da OTAN. O Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua, conhecido como o Pacto de Varsóvia, criado em 1955.

O reconhecimento da bipolaridade acontece com o discurso proferido pelo ex-primeiro ministro britânico Winston Churchill em Fulton, no Missouri - EUA, no dia 5 de março de 1946 na presença do presidente Truman. Naquele dia, apontando para o Leste Europeu sob a influência comunista soviética, Churchill manifestou preocupação em conter o “perigo vermelho” com o que ele deno-

minou de “**cortina de ferro**”¹. Mais tarde, seu medo se materializava, tendo o **Muro de Berlim**² como o seu símbolo.

1. Para ler e ouvir o discurso no original acesse: <http://www.hpol.org/churchill/>

2. Em 1961, o governo da então República Democrática Alemã, constrói um muro que cerca toda Berlim ocidental da Berlim oriental. Isolando os capitalistas em um enclave dentro da zona comunista.

3.2- A crise da ordem mundial

O confronto tecnológico foi uma das características básicas da Guerra Fria, especialmente para a corrida armamentista. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética procuraram ter os arsenais nucleares mais numerosos e as tecnologias mais avançadas, o que seria um indicador de superioridade.

Este confronto tecnológico resultou em uma das representações mais fortes da Guerra Fria, que foi o equilíbrio do arsenal nuclear dos dois países. Em tese, este equilíbrio bélico evitaria uma nova guerra, pois aquele que atacasse primeiro correria o risco de sofrer um terrível e destruidor contra-ataque, muito mais devastador do que o seu ataque inicial - situação que seria denominada na década de 80 do século XX de “**the day after**”³. Ou seja, o mundo não teria a chance de conhecer um vencedor.

3. Esta expressão surgiu a partir de um filme de mesmo nome, que tratava justamente do dia seguinte a uma guerra nuclear. O Dia Seguinte (The Day After), Estados Unidos, dirigido por Nicholas Meyer, 1983.

Se esses armamentos evitaram de fato uma guerra entre os EUA e URSS, não evitaram a escalada da violência no mundo e o aumento dos conflitos regionais. Na verdade, o aumento da capacidade bélica dos países (tanto em armas nucleares, como as convencionais) aumentaram ainda mais os problemas das regiões que estavam nos planos de expansão das influências dos EUA e URSS. Isto foi um ponto político delicado na equação do equilíbrio do poder. A sombra de qualquer incidente, dependendo dos resultados, resolveria em um ataque nuclear, ou seja, mesmo conflitos menores poderiam levar a uma Terceira Guerra Mundial.

A **Guerra da Coreia (1950 – 1953)**⁴ seria o primeiro exemplo do confronto armado indireto. Os EUA apoiaram os coreanos capitalistas e a URSS e China com os comunistas. Para evitar esse confronto, muitos desses incidentes tiveram participação direta dos EUA e URSS

4. Tecnicamente, os dois países estão em guerra, pois não houve um tratado de paz ou algo semelhante.

com tropas e armas convencionais, mas limitados dentro da sua área de influência - a superpotência enviava apenas uma parte das suas forças para uma região em conflito, procurando mostrar ao seu inimigo que ele não poderia vencer, obrigando-os a abrir negociações de paz.

Em 1962, esta política de “equilíbrio do terror” provocaria a pior crise entre as superpotências: a crise dos mísseis de Cuba.

A crise dos mísseis em Cuba foi o episódio culminante da Guerra Fria. No final do verão americano de 1962, os Estados Unidos tomaram conhecimento do transporte de armas e tropas soviéticas à Cuba para defender a ilha de um possível novo ataque, como o que ocorrera na Baía dos Porcos. Os soviéticos orientaram seu embaixador em Washington para que assegurasse aos americanos que os deslocamentos eram apenas de armas defensivas.

Em comunicado oficial emitido pela [Agência Tass](#)⁵ em 11 de setembro de 1962, os soviéticos afirmavam que não havia necessidade do envio de armas nucleares, pois o poder dos mísseis instalados em território soviético era suficiente para alcançar qualquer alvo potencial no Ocidente.

5. Agência Telegráfica da União Soviética (em russo), era responsável pela comunicação oficial da URSS.

Dois dias depois, o presidente Kennedy prometia que não haveria uma invasão da ilha a não ser que Cuba ameaçasse outras nações do hemisfério ou que uma base militar ofensiva fosse instalada. Nos dias 15 e 16 de outubro, ficou claro para Kennedy e seus assessores, através do exame de fotos tiradas por aviões espiões, que mísseis nucleares estavam efetivamente sendo instalados em Cuba. A resposta americana foi a imposição de um bloqueio naval que durou treze dias e que levou o mundo à beira da Terceira Guerra Mundial (BIGNETTI, 2009, p. 72).

Depois da crise dos mísseis, Kennedy (presidente dos Estados Unidos) e Krouchtchev (presidente russo) iniciaram uma política de dissuasão, que resultou nos tratados de limitação de armamentos estratégicos, executados por Nixon, Ford e Carter - e Brejnev, na década de 1970, e mesmo os acordo de redução de armas nucleares da década de 1980. Desta forma foram criados três tratados: Os [SALT \(Strategic Arms Limitation Treaty\)](#)⁶ I e II e o [START](#)⁷ na década de 90 em diante.

6. Tradução Livre: Tratado de Limitação de Armas Estratégicas.

7. Tradução Livre: Tratado de Redução de Armas Estratégicas.

Estes esforços visavam a não proliferação das armas nucleares, o potencial nuclear das duas superpotências e dos respectivos meios (aéreos, marítimos e terrestres) de lançamento, embora equilibrado naquele, atingiu proporções preocupantes que obrigaram à celebração, em 1972, do SALT I, que tinha como objetivo estabelecer limites à produção daquelas armas em cinco anos.

Interessante é que a corrida aos armamentos não terminou com este tratado, antes pelo contrário. As numerosas equipes de pesquisadores associadas à pesquisa militar (de ambos os lados) conseguiram desenvolver outros tipos de armas não abrangidas pelo SALT I e a **corrida armamentista continuou**⁸.

8. Alguns aspectos que o SALT I trazia era que não haveria proliferação de pontos de lançamento, que a linha de defesa nacional de ambos tinham que ter pelo menos um mínimo 1.300km de distância entre elas e que haveria substituição das armas mais antigas por mais modernas, mantendo o número.

Como resultado desta manobra, em finais da década de 70, vários novos sistemas de armas estavam a caminho das linhas de produção mais do que duplicando o potencial nuclear e convencional dos potenciais beligerantes, criando condições para o SALT II em 1978.

Na foto abaixo podemos ver o presidente Jimmy Carter (à esquerda) e o presidente da URSS, Leonid Brejnev em Viena, assinando o SALT II.



Foto 2 – Um momento histórico

Fonte: *United States government*, 18 June 1979.

Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Carter_Brezhnev_sign_SALT_II.jpg

Neste momento, o tratado incluía além das definições detalhadas dos sistemas a serem controlados, a verificação pela Comissão Permanente de Consulta por meio de foto-reconhecimento”.

Para ambos os lados também ficou acordado o não desenvolvimento de mais nenhum sistema de armas nucleares. Também ficou acordado o princípio de não interferência nos meios do outro ou de encobrimento que impedissem a verificação dos termos do acordo.

Como o congresso norte-americano não ratificou o acordo, na visão soviética, isto era um sinal de que o tratado não iria seguir. Este impasse somente viria a se resolver com o tratado START, que foi assinado pelos presidentes dos EUA, Ronald Reagan e soviético, Michael Gorbatchev em 1994.

A evolução da produção e os efeitos dos acordos de armas nucleares podem ser observados no link abaixo:

<http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/indicesboursiers>

(PRODUÇÃO NUCLEAR DE 1950 - DIAS DE HOJE)



De fato, a produção de armas e de monitoramento da superfície terrestre via satélite e tecnologia aeroespacial foram setores que a União Soviética obteve resultados positivos na competição com os Estados Unidos. Os soviéticos possuíam mísseis intercontinentais, quase mil ogivas nucleares em aviões bombardeiros, assim como 3 mil 500 ogivas em submarinos. Mas este investimento na tecnologia militar custou muito caro para a União Soviética, uma vez que o país precisou deslocar recursos dos investimentos sociais para a manutenção do desenvolvimento bélico.

Isto provocou ao longo dos anos uma crise na economia soviética. Nos últimos anos de 1980, por exemplo, isto aparece sob a forma de escassez de bens de consumo, hipertrofia do setor de bens de produção e gastos improdutivos. Desta forma, a contrapartida social desse quadro aparece num baixo padrão de vida dos cidadãos soviéticos.

Os gastos exagerados para manter a gigante máquina de guerra, aliado aos princípios sociais do marxismo, já mostrava problemas ainda na década de 1960 como aponta Guerra (1988).

Mas foi com **Michael Gorbachev**⁹ que a URSS enfrentou o maior desafio. 9. Último presidente da URSS de 1985 a 1991.

Assim, quando Gorbachev chegou ao poder, a URSS já enfrentava um dos piores momentos econômicos e sociais, o que também refletiu no campo político. Seu discurso trouxe uma grande novidade em função da acentuada gravidade da crise. Gorbachev afirmou que não era possível avançar se continuasse com a manutenção do regime político e econômico, propondo medidas políticas e econômicas drásticas: a Perestroika (reestruturação) e a Glasnost (transparência).

A Perestroika era o plano político que consistia em cortar os gastos militares para equilibrar as contas. Esta ação, sobretudo, permitiu uma reestruturação da economia, enfrentando a ineficiência da produção agrícola e industrial, os excessivos gastos com a corrida armamentista, a estrutura política e econômica demasiadamente burocratizada, e a falta de opções para os modelos de produção impostos, alheios à realidade da população.

Por sua vez, essa reestruturação econômica não seria possível sem a Glasnost, que era a abertura democrática, a transparência das relações políticas da URSS.

Contudo, o projeto de Gorbachov trouxe duas conseqüências. A princípio houve o apoio popular, na tentativa de carrear o que se configurou como um processo democrático jamais visto na URSS. Por outro lado, expôs as mazelas do país. Além da insatisfação econômica, a abertura política possibilitou a emersão de problemas de ordem étnico-nacionais, que anos de linha dura conseguiram sufocar ou esconder, dando-lhes uma dimensão alheia aos interesses do país.

Gorbachov iniciou um novo diálogo com as repúblicas que formavam a URSS, permitindo uma maior flexibilização das relações com Moscou, o que de certa forma, fomentou o início das manifestações para a futura saída dos países integrantes da URSS. Mas isso não foi só.

Na ânsia de buscar sucesso em seu programa, Gorbachev foi buscar acordos com os Estados Unidos para a redução do arsenal nuclear, retirou as tropas do Afeganistão e buscou uma maior aproximação com a Europa capitalista, apoiando a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha. Estes fatos criaram muita insatisfação, principalmente entre os militares tradicionais, os chamados da linha dura.

Estes propiciaram um mal sucedido golpe de Estado em agosto de 1991. A população e até mesmo o meio militar não apoiou esta investida, o que permitiu a volta de Gorbatchev ao poder. Mesmo depois do fracassado golpe, a situação econômica e social não melhorou, facilitando a fragmentação do poder de Moscou sobre as demais repúblicas soviéticas.

Um mês depois do golpe, as repúblicas bálticas da Estônia, Letônia e Lituânia declararam a independência em relação a Moscou. Na seqüência foi a Ucrânia (1º de dezembro) e depois as outras 15 repúblicas soviéticas declaram independência em 11 de dezembro de 1991.

Mas é no dia de Natal deste ano que Michael Gorbatchov declara oficialmente o fim da URSS e renuncia à presidência do país e após isso, a bandeira com a foice e o martelo é retirada do Kremlin. Esta transmissão é feita via satélite para o mundo todo.

Veja no link:

<http://www.youtube.com/watch?v=Z5gHfPMlaY4&NR=1>



Logo após a declaração da dissolução da URSS, a Federação Russa ficou como sua sucessora, pois ficou com mais da metade do antigo território soviético, além da maioria do seu parque industrial e militar.

Um sistema unipolar?

Mesmo com a queda da URSS e, conseqüentemente, o fim da Guerra Fria, o quadro político não resultou em um mundo homogeneizado ideologicamente pelo capitalismo. Ainda hoje, os conflitos internacionais expressos nas múltiplas guerras locais expõem com clareza os interesses geopolíticos contraditórios, até mesmo quando se trata aparentemente de conflitos exclusivamente étnicos ou religiosos.

De fato, o fim da Guerra Fria consolidou o deslocamento do mundo do “velho” modelo econômico e político do estilo eurocêntrico, fundado em valores seculares e numa forma de capitalismo marcado pela centralidade da exploração dos países pobres, influência e dominação militar, pela limitação das relações comerciais internacionais, para um modelo econômico e político baseado na produção e no consumo em massa, na defesa do livre comércio internacional, no modelo político norte-americano intitulado democrático, nas empresas de capital

aberto, na centralidade do capital financeiro e no desdobramento dos potenciais capitalistas em escala mundial.

Estas mudanças vieram reforçar outras visões da ordem mundial, como a pluralista e a globalista. Para os pluralistas os problemas políticos deveriam ser resolvidos por um choque de gestão a partir dos parâmetros de “boa governança” estabelecidos pelas instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e FMI). Para os globalistas, a emergência das redes sociais (*facebook*, por exemplo) e das novas tecnologias da informação, a ampliação dos movimentos culturais e do capitalismo global flexível, multiplicam os atores que participam da ordenação mundial. As fronteiras dos Estados não seriam mais suficientes para a representação do mapa político mundial.

A política de contenção da Guerra Fria era apenas a última versão de uma tendência que remonta ao século XIX. A partir dos anos 90, apesar da suposta ordem unipolar, outros temas colocam em questão a hegemonia dos EUA: os circuitos mundiais da drogas e negócios ilícitos, os fluxos migratórios e o aumento vertiginoso de refugiados, a fragilidade da economia e das instituições políticas.

Referências

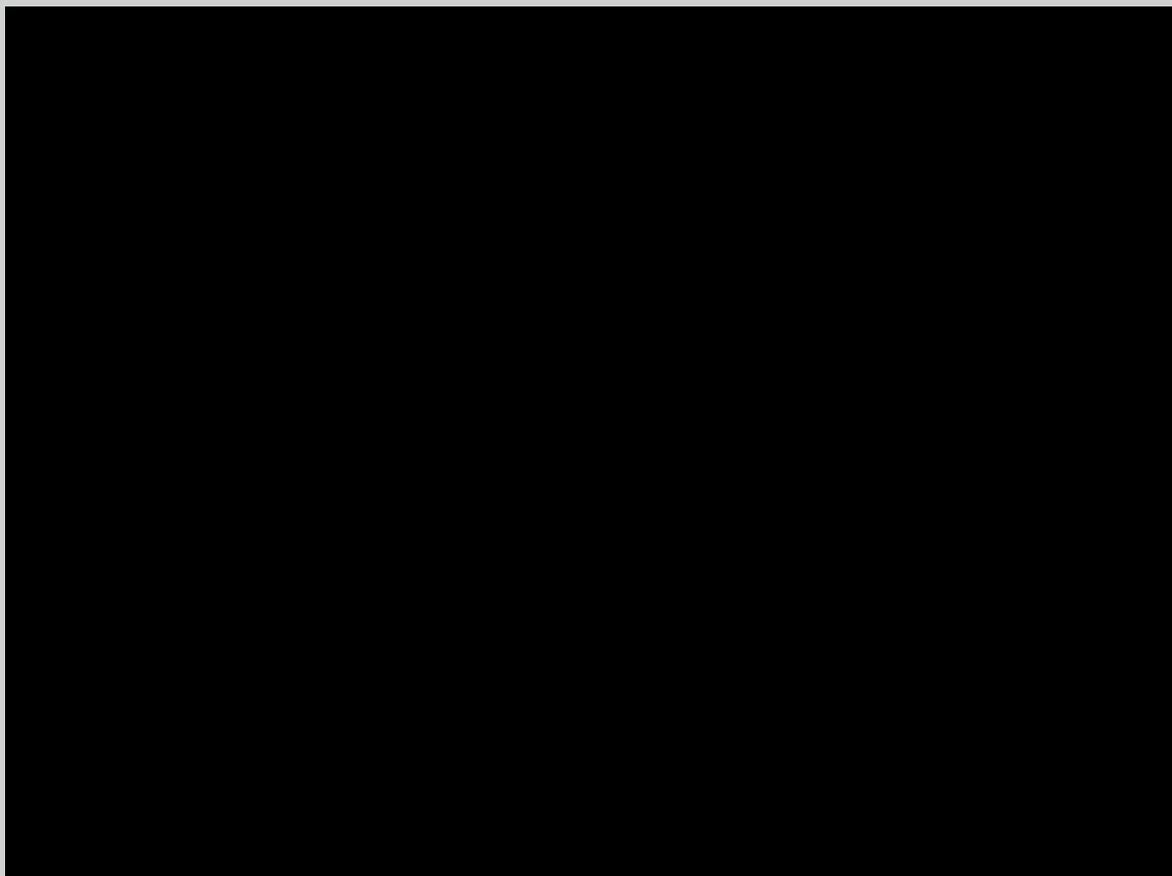
- BIGNETTI, Luis P. A essência do processo decisório: Comentário sobre a obra de Graham Allison. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 6, n. 1, p. 71-74, jan/abr, 2009.
- GUERRA, Adriano. URSS 70 anos depois da revolução. **Lua Nova**, São Paulo, n. 14, jun. 1988.
- GRESH, Alain *et al*, (org.), **L'Atlas du Monde Diplomatique**, Hors série, Le Monde Diplomatique, 2009.
- FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

Bibliografia

- BIAGI, Orivaldo L. O Imaginário da Guerra Fria. **Revista de História Regional**. 6(1):61-111. Ponta Grossa, 2011.
- BONIFACE, Pascal; Védrine, Hubert. Atlas du monde global. Paris: aRmand Colin, Fayard, 2010.
- CASTANO, David. O búfalo, o urso e o jumento. **Relações Internacionais**, nº20, p.161-164, dez. 2008.
- HELGA, Alice W. & Combat, Flávio L. História Viva e História Objetivada: George F. Kennan e o Plano Marshall. **História Social**. Campinas, nº13, 173 – 193, 2007.

Ficha da Disciplina

Ordem geopolítica mundial - atores e escalas de ação



Eduardo Augusto Werneck Ribeiro



Regina Celia Correa de Araujo



Raul Borges Guimarães



Ementa:

A preocupação central desta disciplina é de analisar o contexto histórico-geográfico que originou e estruturou a hegemonia americana, considerando a relação econômico-financeira e político-militar dos Estados Unidos com os países latino-americanos, europeus, asiáticos e africanos. Em vista dos conflitos regionais, movimentos migratórios internacionais e o aumento da desigualdade regional, os alunos serão desafiados a avaliar diferentes processos que impactam o sistema político internacional.

Palavras chaves:

Ordem Mundial, Hegemonia, Estado, Nação e Poder.

Estrutura da Disciplina

Ordem geopolítica mundial - atores e escalas de ação	1. Estado, Estado-territorial e Estado Nacional	1.1 – Poder, território e Estado
	2. Relações estratégicas internacionais e a estruturação da ordem mundial	1.2 – A geografia política clássica alemã
		2.1 – A geopolítica no mundo entre guerras
	3. A (des)ordem mundial	2.2 – Hegemonia americana e repartição do poder mundial
		3.1 – Guerra Fria e bipolaridade
	4. Novos atores e escalas de ação	3.2 – A crise da ordem mundial
		4.1 – A agenda ambiental
	5. A crise do mundo árabe	4.2 – A força dos jovens
		5.1 – A formação do mundo árabe
		5.2 – Tabuleiro político atual

Pró-Reitora de Pós-graduação

Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora

Ana Maria Martins da Costa Santos

Coordenadora Pedagógica

Cláudio José de França e Silva

Rogério Luiz Buccelli

Coordenadores dos Cursos

Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)

Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)

Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)

Antônio Cezar Leal (FCT/Presidente Prudente) - *sub-coordenador*

Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)

Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico

Ari Araldo Xavier de Camargo

Valentim Aparecido Paris

Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria/Administração

Márcio Antônio Teixeira de Carvalho

NEaD – Núcleo de Educação a Distância

(equipe Redefor)

Klaus Schlünzen Junior

Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura

Pierre Archag Iskenderian

Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira

Guilherme de Andrade Lemeszenski

Marcos Roberto Greiner

Pedro Cássio Bissetti

Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhe

João Castro Barbosa de Souza

Lia Tiemi Hiratomi

Liliam Lungarezi de Oliveira

Marcos Leonel de Souza

Pamela Gouveia

Rafael Canoletti

Valter Rodrigues da Silva